



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 01 | N°. 1 | Ano 2020

Ineildes Calheiro

QUEER NAS FRONTEIRAS E REPRESENTAÇÕES NÃO-OCIDENTAIS: QUEERS-AFRICANX, QOC/OFCOLOUR, QUEER-LATINX-AMERICANX

QUEER ON BORDERS AND NON-WESTERN REPRESENTATIONS:
AFRICAN QUEER, QOC/QUEER OF COLOUR, LATIN-AMERICAN
QUEER

RESUMO: Com o objetivo de discutir sexualidades/LGBTs / Queer não-ocidentais e representações identitárias africanas, andinas e Latinx-americanx, esse estudo, utilizando o método de revisão de literatura e o comparativo, fundamentado em teorias queers-africanxs e latino-americanxs ensaia adentrar ao debate complexo e tensionador das sexualidades QOC - queers Of colour e não-ocidentais, versando sobre a tradição/modernidade no contexto do gênero, sexualidades e questionando o feminismo. Nos resultados, os sujeitxs queers/QOC-queer-latinx-americanx vêm à tona para além de insubmissão e subversão embebidos no campo de luta nacional cujos corpos surgem como estrutura autônoma que visa desestruturar a estrutura de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidades; Representações Africanxs; QOC/Queer-Latino Americano.

ABSTRACT: With the objective of discussing non-Western sexualities/LGBTs/Queer and African, Andean and Latin-American identity representations, this study, with the comparative method and literature review, based on African and Latin American Queer theories tries to enter the complex and tensioning debate of QOC - Queers of Color and non-Western sexualities, dealing with tradition/modernity in the context of gender, sexualities and questioning feminism. In the results, the queers/QOC - Latin-American queer subjects come to the fore beyond unsubmissiveness and subversion embedded in the realm of the national struggle whose bodies emerge as an autonomous structure that aims to disrupt the power structure.

KEY WORDS: Sexualities; African Representations; QOC/Latin American Queer.

Site/Contato

Editores

Cinthia Nólacio de Almeida Maia
cinthianolacio@yahoo.com.br

Rita de Cássia Nascimento dos Santos
rita.tic@gmail.com

QUEER NAS FRONTEIRAS E REPRESENTAÇÕES NÃO-OCIDENTAIS: QUEERS-AFRICANX, QOC/OFCOLOUR, QUEER-LATINX-AMERICANX

Ineildes Calheiro ¹

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem relação com as temáticas que venho desenvolvendo na trajetória acadêmica desde meu envolvimento com os estudos de gênero, feminismo e raciais e no trato com a interseccionalidade, focando a pós-colonialidade, colonialidades/decolonialidades e descolonização do pensamento. As sexualidades queers-LGBTafricanas, sob a sigla QOC nomeada de queer of colour, aparecem nos debates desprovidos da característica de subversão como o principal vetor, bem como o prazer, a liberdade sexual e a luta pela visibilidade não adentram aos objetivos queers destes territórios, mas como mecanismo de combate à colonialidade, quer seja interna quer seja externa e pela libertação, de fato.

A partir destes tensionamentos que organizei em três grandes grupos de debate: quer na América Latina; questões de raça/etnia e interseccionalidade; queer of colour, tensionados pela tradição/modernidade. E me arvorei neste ensaio a aludir, ainda que brevemente, a essas discussões trazendo meus questionamentos, pontos de vista e realizando críticas possibilitadas pela minha trajetória nos referidos (campos) estudos. As temáticas requerem compreender esta ampliada categoria identitária, que já se denominou de “sopa de letrinhas”, mas pouco se enfatiza os significados da “sopa” como alimentação política e objetivos diferenciados, bem como a utilização dessa sopa para apontar os limites dos corpos e os limites identitários. Sendo importante apresentar a sopa como coletivo e arma contra hegemônica, em territórios não-ocidentais e em pensamentos des-ocidentalizados.

Embora que, no ocidente e em mentes ocidentalizadas agrega-se letras – LGBTQIA+, a fim de acrescer a seletiva e a disputa individuais, enfraquecendo a luta, em lugar do fortalecimento (REGINA FACCHINI, 2005), focando em quem deve participar do feminismo “legítimo”, “original” e o/a “outrx”, e em quem tem que ficar de fora. Gerando o conflito intragênero – a ganância capitalística que passa pelo corpo. Sexualidades e queer, aqui, é vista na perspectiva da unidade, como afronta a estrutura de poder e ameaça ao poder do macho-ocidental-heterossexual-cristão. Embora esse tipo de poder em vias de unidade recentemente

¹ Doutoranda em Difusão do Conhecimento/DMMDC (Multi-institucional e Multidisciplinar); Mestra em Crítica Cultural (Pós-crítica); graduada em Educação física. E-mail: ildafrica@yahoo.com.br
Agradeço a CAPES, pela bolsa de doutoramento.

construído, já se depara com uma guerra que impede a sua manifestação – a guerra do conservadorismo, que retorna no cenário político internacional. E como entrave, no Brasil, uma questão que ocorre no interior do gênero e torna-se um fator que enfraquece a luta, o movimento, é o problema intragênero: de identidade, natureza/cultura (sexo biológico e construído) racismo e homofobismo que chega no parlamento.

Esse problema do conservadorismo e bancada evangélica também atinge vários territórios africanos que se organizam juridicamente com leis de proibições identitárias, fortalecendo a estrutura familiar pautadas nas ideias de tradição versus intoxicações ocidentais (GATHONI BLESSOL, 2018; KEGURO, MACHIA, 2018) não reconhecendo as sexualidades no contexto da complexidade africanas. Lá e cá, a bancada conservadora e religiosa fundamentalista se fortalece por se apropriar da força da palavra “democracia”, remando em sentido contrário. Desta forma, devido às lacunas no interior do parlamento: esquerdismo versus direitismo; feminismo hegemônico (legítimo) e o conservadorismo, se articulam, armam-se, excluem e negam direitos.

A metodologia

Diante disso, delimito como objetivo, discutir sexualidades/LGBTs/Queer não-ocidentais e representações identitárias africanas, andinas e Latinx-americanx como uma categoria política e politizada, trato neste estudo qualitativo/descritivo, utilizando o método de revisão de literatura e o comparativo, fundamentado em teorias específicas: queers-africanxs e latino-americanx, comparando América-latina e Áfricas. Ensaio adentrar ao debate complexo e tensionador das sexualidades QOC - queers Of colour e não-ocidentais versando sobre a tradição/modernidade no contexto do gênero, sexualidades e questionando o feminismo hegemônico e colonizado, e tendo os estudos queer como um novo campo de pesquisa decolonial.

Por fim, apoiada em Grada Kilomba (2019, p. 96) quando alerta que “a construção do sujeito negro como ‘masculino’ é polêmica porque invisibiliza experiências de mulheres e pessoas LBTTQIA+ negras”, tendo como problemática o androcentrismo nas linguagens e suas influências na materialidade do discurso, substituo palavras e ortografias (a/o) que indique universalizar sexo e raça, inserindo a letra “X” em lugar das vogais “a, o”.

Problemas de feminismos na América-latina: a subalternidade da subalternidade

As “feministas radicais e transfeministas divergem sobre conceito de gênero e identidade de gênero, questão que chegou ao Congresso na lei do feminicídio” (ARRAES, 2015, p. 16)

criada entre nós, aponta-se para o enfraquecimento da luta. Esta autora assinala que a bancada evangélica domina o parlamento no cenário atual, e como ganhos, a lei 13.104/15 é outorgada, mas a violência de gênero (que engloba o conjunto) é substituída pela bancada para o termo “sexo feminino”, ou seja, é exclusivamente direcionado a uma única categoria de mulheres – as mulheres cis (biologicamente nascida), e essa modificação do termo excluem as demais categorias identitárias dos direitos, como as transgênero, intersex, travesti. É uma questão de misoginia intragênero.

No Brasil, quando se advoga que “as transfeministas deveriam montar um movimento separado do feminismo” (ARRAES, 2015, p. 17). Em concordância com a crítica/denúncia de Arraes, discordando sobre essa questão separatista em nossa sopa, advogo que precisa ser defendida a inclusão de todxs, isto é, as categorias identitárias em sua unidade – todxs devem ter os direitos reconhecidos e sem nenhuma a menos, e a fim de construir um movimento potente.

Chamo atenção para o privilégio cis gênero (sexo biológico/nascido), que deve ser reconhecido como um fator tóxico, propiciando um feminismo sujo, manchando o pluralismo, a conjuntura feminista e impedindo o alcance do objetivo do projeto universal da ONU – a igualdade de gênero. Ou, que valor tem um feminismo tóxico em lutar pela erradicação da masculinidade tóxica, e em lutar contra a guerra política e a ditadura negada no Brasil (a que vivemos hoje), mas promovendo ou sendo a favor da guerra intragênero e ao mesmo tempo negando-a? E qual o problema que assola os feminismos na América Latina, para além da raça e classe?

O movimento feminista hegemônico é surpreendido na América Latina contra o desenvolvimento e em conjuração com o neoliberalismo, mercantilização e capitalismo e, contraditoriamente contra a luta e história feminista, isso, pela ânsia ao poder (SONIA ALVAREZ, 2014), “[...] uma mudança decisiva em direção ao interesse por outros lugares de poder e produção de conhecimento” (HARCOURT, 2005, p. 34 apud ALVAREZ, 2014, p. 59). A autora da denúncia em questão se reporta a AGG – Agenda Global de Gênero, encabeçada pela ONU – Organização das Nações Unidas, comandada pelas feministas hegemônicas (Norte-americanas e europeias), inserindo Ongs, ativismos e movimentos, porém, criando hierarquizações nos feminismos, em que a AGG elabora intervenções culturais e políticas.

Por um lado, a AGG que foi uma resposta aos esforços do movimento feminista transnacional que desafiaram os arranjos do poder de gênero e que objetivaram promover a justiça social e racial. Por outro lado, a AGG foi criada a partir da “confluência perversa” entre essas agendas feministas e a defesa, pelo neoliberalismo global [...] (ALVAREZ, 2014, p. 59).

O pânico à ideia de igualdade ou pânico à perda de privilégios, quer seja social, quer seja identitário aparece no feminismo – o pânico compartilhado. Do androcentrismo para o feminismo. Essa crítica é atribuída a colonialidade acadêmica-feminista na América Latina por Ochi Curiel (apud CLAUDIA MAYORGA et al, 2013). No contexto africano estas denúncias também se dão, seja pela via acadêmica, seja pela via ativista. Crítica ao rumo tomado da AGG – Agenda Global de Gênero, que também é endereçada à ONU. Questão que ocorre no campo da categoria queer/LGBTQI e no campo da categoria “mulheres cis”. Uma citação de Alda Fácio, na Revista “Outras Vozes” (de Maputo)², esclarece o exposto, ao expressar que,

[...] nem todas sofremos de igual maneira a discriminação, nem todas somos igualmente oprimidas, e mais, algumas têm grandes privilégios econômicos, educativos, etc., e a muitas de nós custa a viver a discriminação sexual de forma consciente. Por isso, não é simplesmente a incorporação das mulheres no poder que garante a eliminação de todas as discriminações que sofrem as diferentes mulheres, por serem mulheres (FACIO, 2006, p. 1).

Não somente as categorias “mulheres-cis” têm enfrentado tensionamentos em Áfricas, no que tange a violência de gênero, a múltipla opressão territorial e a “outra da outra” no contexto transnacional, mas, as categorias LGBT/queer, quando Líderes religiosos, políticos e grupos conservadores portam-se contra as práticas sexuais em territórios africanos, como, p.ex., no Quênia, com leis tradicionais opressivas defendidas como importantes para o que chamam de “não enfraquecimento da instituição família”, cujas leis visam definir a “heterossexualidade nacional” defendendo o centro da cultura nacional como um espaço higienizado de afetividade (KEGURO MACHARIA, 2018, p. 14).

Em se tratando da diversidade queer, as três letras “GLS” que se tornaram crescente e indefinidas (+) LGBTQI+ carregam significados, como suas intersecções de marcadores sociais e representações de valor. E ainda que troquem de ordem, é internacional. Territórios (africanos) inserem as categorias queer-africanx/QOC – Queer Of Colour em tensões pautadas no debate da tradição/modernidade, colonialidades e as representações corporais/sexuais identitárias, tais quais Queer-LGBT/QOC são deslocadas de subversão de gênero e se insere nos campos de luta nacionais. (CATERENA REA, 2017; REA; IZZIE AMANCIO, 2018). Antes de adentrar ao debate queer não-ocidental comparativo e a fim de compreender ao que tange as divergências teórico-conceituais Queer/LGBT, faz-se relevante uma breve crítica aos estudos clássicos Queer.

Crítica a clássica queer

² Alda Fácio é jurista feminista da Costa Rica e, no período, conforme a fonte, foi assessora do secretário-geral das

Penso que devemos sim, desobstruir a visão, como Donna Haraway (1995) chamou a atenção por dentro dos feminismos. Na minha tese de doutorado faço crítica a duas coisas que disputam poder entre si: o gênero essencialista e ao androcentrismo na ciência. E a esse debate criei o termo/conceito “Cis-molduras” – crítica à ciência cis gênero. “Cis” pode ser traduzido como natureza dos corpos/ corpos biológicos, como o padrão. É uma moldura sexuada legitimada. A crítica sugere, grosso modo, a compreensão do que pensamos das ciências praticadas em conjunto, em conexão, desvinculando da ideia de padrão, de heterossexualidade, de androcentrismo, de CIS. Assim, sendo inclusiva, relacionada ao “trans”: transexual, transdisciplinar, diverso, múltiplo – o reconhecimento do outro.

O conceito “cisénero” relaciona-se ao cissexual, são termos utilizados para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento. “Conceito ‘guarda-chuva’ que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (JAQUELINE DE JESUS, 2012, p. 14). A Cis-molduras é a resignificação da ciência que deseja aqueles/as comprometidos/as com as mudanças sociais, com os/as excluídos/as inclusos/as e os que pensam em primeira instância nos sujeitos, nas pessoas. Criando uma nova moldura.

A “intersexualidade”, por sua vez, é identidade e reporta-se a pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido. Refere-se a um conjunto amplo de variações dos corpos sexualizados. E o termo “transgênero”, não há consenso no Brasil, “reconhecendo-se a diversidade na forma de viver o gênero” (JESUS, 2012). Faz-se urgente uma ciência inter-trans, que reconheça os aspectos igualmente encontrados na inter-transexualidade, elementos que está para além da identidade, como: raça, classe, território, religião, idade, história individual, etc.

Em sua teoria queer, Butler, a filósofa clássica (judia) norte-americana marcou o campo queer hegemônico investindo na crítica ao essencialismo/biológico (homem/mulher) e na luta pela liberdade da sexualidade, colocando em pauta a crítica à diferença, ao corpo-padrão, a biologia como norma que mantém um gênero biologizado legítimo e impulsiona a crítica à diferença e identidade. Por meio de suas críticas, nota-se que lutar pela diferença trava uma luta contínua que chega à lugar nenhum, ou seja, roga-se aos “legítimos” pela tolerância ao ilegítimo, pelo reconhecimento de um outro, o diferente do diferente. Apesar disso, a autora se prende a representação nos ideais de performance.

Michel Foucault fundamenta os estudos clássicos de sexualidade, com a “Origem da Sexualidade”, tendo duas obras clássicas: I e II, faz a genealogia da história da sexualidade no trato com a religião, a moral, o discurso, tem na força da razão e do discurso dos filósofos da antiguidade, construtores de normatizações, e assinala que a homossexualidade surge como conceito voltado para a imoralidade, desvio de normas, entretanto é anterior à lógica binária.

Berenice Bento (2006), animada por Foucault, focaliza a transexualidade, intersexualidade (termo que se nomeia para ressignificar o termo hermafrodita – no sentido médico/biológico/doença), e recorre ao filósofo francês para compreender a origem do binarismo sexual, para quem, se deu antes do Século XVII não havia estudos que mostrasse os binarismos sexuados. O dispositivo de Michel Foucault “permaneceu como um dispositivo da sexualidade branca e burguesa (REA; AMANCIO, 2018, p. 6). Contudo, para além das bases foucaultianas, Bento discute a transexualidade no contexto da classe, subjetividades e violências de gênero perpetrada institucionalmente a sujeitxs transexuais, principalmente no que diz respeito à mudança de sexo, mudança de corpo e em relação à esfera institucional no âmbito da saúde e escassez das políticas públicas, campo pelo qual caminha no Brasil.

Observando estudos “clássicos” e os/as seguidores/as batleaux da temática das sexualidades dissidentes ocidentais, nota-se que se prende a representação nos ideais de performance, e a teoria queer ocidental tem como um dos principais pontos – a visibilidade, diferindo entre tantas questões, do queer africano e latino-americano. A temática Queer-LGBT é recente na perspectiva da diversidade queer: queer-africanx/QOC (queer of colour), queer-negrx, queer-andinx, bem como são escassas tais pesquisas, as quais se centram em queer-ocidental/universal, e insiro a crítica, trazendo a tona os corpos LGBT-Queer étnicos, africanos, andinx, negrxs, latinx-americanx. Essa vertente a fim de pensar na des-universalização LGBT-queer refletindo sobre “queer ainda mais queer”, queer-ocidental, esses (outros) queers não necessariamente invisibilizados no interior da categoria queer global, mais ignorados.

Pelo exposto, não entendo como lacuna a falta desses tantos “outros” corpos e outras experiências identitárias e reconheço suas contribuições, contudo, reconheçamos que “queers” não se tratam de corpos construídos exclusivamente de socioculturas ocidentais e os demais são cópia. Algumas dessas/es autoras/es clássicas/os-queer têm reconhecido suas lacunas (ou ignorâncias?) ou descompromissos com a questão dos marcadores sociais no que concerne à interseccionalidade e já as mencionam, p.ex., Guacira Louro, com a inclusão da interseccionalidade e racialização no debate queer no Brasil, e Butler nos E.U.A., com a inserção das experiências judias e territórios do Oriente Médio, sobretudo discutindo os conflitos de

gênero. Assim, “a cultura branca dominante está nos matando devagar com sua ignorância” (ANZALDÚA, 2005, p. 713). Seria mesmo ignorância?

Autoras africanas (REA; AMANCIO, 2018) no texto “Descolonizar a sexualidade: teoria queer of colour e trânsitos para o Sul”, focando a descolonização realizam uma genealogia queer descaracterizando a sua origem ocidental e flagram o termo/conceito no debate dos anos 1980 pela chicana lésbica mestiça Glória Anzaldúa em sua obra célebre “Bordelands”, publicada originalmente em 1987 e mais precisamente no capítulo “La conciencia de la mestiza”. Este capítulo publicado em 2005, na Revista estudos feministas (tradução de Ana Cecília Lima), texto que me inclino a analisar com o binóculo descolonial. Conformes as autoras da crítica queer-ocidental, apesar da origem do termo ter sido atribuído a Teresa de Lauretis, e reconhecendo sua grande contribuição para as categorias queer não-brancas, refletindo sobre classe, raça, etnia, geração, território, o termo foi introduzido pela primeira vez na academia Norte-americana, por Anzaldúa, e assinalado por Randy Conner, em palestra em 2009, ao reconhecer a sua origem na América-Latina (Caterina Rea; Izzie Amâncio, 2018, p. 14).

Queers não-ocidental: Representações identitárias comparando Áfricas e América Latina

A temática Queer-LGBT é recente na perspectiva da *diversidade* queer: queer-africanx/QOC (queer of colour), queer-negrx, queer-andinx, bem como são escassas tais pesquisas, as quais se centram em queer-ocidental/universal. Nesse sentido, adentro á crítica queer africanx e insiro noções de corpos queers localizados, trazendo á tona os corpos LGBT-Queer étnicos, africanos, andinx, negrx, latinx americanx.

Nessa vertente pensa-se na des-universalização LGBT-Queer refletindo sobre “queer ainda mais queer”, queer não-ocidental, latinx, andino, quer-negrx, quer-africanx, não necessariamente invisibilizados no interior da categoria queer global, mais ignorados, marginalizados. Nessa perspectiva se insere as categorias raça/etnia e interseccionalidade, obviamente que se trata de raça como categoria política, em termos de Brasil - país de polarização racial; mestiçagem em termos de América Latina; etnia em territórios africanos; e interseccionalidade como teoria e método inerente a todo esse diálogo, envolvendo noções queer na América-Latina e adentrado à descolonização do pensamento.

Conforme analiso o texto de Glória Anzaldúa, através do México (seu lugar de fala) a autora insere a América Latina no protagonismo da teoria Queer/LGBT e insere uma categoria específica “queer-mestiça”, ao relacionar fronteira, hibridismo. Ou diga-se, um meio valor-humano? Isto é, uma parte do corpo relegada e uma parte desejada. E quando a autora chicana

desloca a ideia de armário, autodeclarando-se lésbica-mestiça, traz a noção de orgulho lésbico, ao mesmo tempo em que coloca em pauta o peso lésbico maior que o racial. “Como mestiza, eu não tenho país [...] como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita [...]” (ANZALDÚA, 2005, p. 707). Essa assertiva me permite interpretar que em seu pensamento lésbico-mestiça, antes de ser vista como mestiça ela é vista como lésbica, e assim, enfrenta a violência homofóbica, sendo mais contundente, sobrepujando a sua porção mestiça, que, diante da sexualidade desviante, esta, meio raça/ meio humano aparece como valor. A autora destaca as categorias homossexuais, lésbicas de cor/negra, étnica, frisando as contribuições destas/es sujeitas/os, nas lutas nacionais, como a da libertação.

Essas noções de movimentos relacionados à LGBT-queer na América Latina vai de encontro com a teoria QOC/africanx, que vê tais categorias sexuais para além de liberdade sexual e de desejo, mas como formas de combate a colonização. Essa perspectiva se dissocia radicalmente das vertentes ocidentais. Em suas contribuições concernentes ao queer Latinx-americanx a chicana também insere o debate da masculinidade e o compreende como uma das contribuições queer o fato de os homens gays desafiar o modelo de masculinidade e, desta forma, questiona a violência de gênero a partir da masculinidade, tal qual eu diria tóxica. Destacando a sua compreensão concernente a origem do ódio e o medo masculinos às mulheres e queers, a mesma porta-se radicalmente e determinante ao expressar que: “[...] nós não desculpamos, não perdoamos e não iremos mais tolerar”. Adentrando ao problema no interior da categoria raça, chamando a atenção aos pares (negros) do sexo oposto.

O termo “puta” também é inserido nesta obra em sua crítica ao binarismo mulher/puta/virgem que divide a mulher e a hierarquiza corporalmente/sexualmente/moralmente. Vale notar que se trata da mulher pornográfica e a beata, a cristã/espiritual e a profana, a desejada e a descartada, apesar do corpo utilitário no contexto da exploração sexual/colonização e colonialidade de poder interna (nacional/regional). Mas é a puta um corpo revestido de empoderamento. Com o corpo afronta-se a dominação. No entanto, a noção de pornografia e erotismo é teorizada como valor no campo do gênero, e como formas de autonomia e empoderamento.

Corroborar essa questão a autora norte-americana negra Audre Lorde, que discute “o erótico como poder” (LORDE, 2019). O erótico aparece como arte. Em que a arte não estrutura o poder, ao contrário, o desestrutura, o amedronta. Desta maneira, queer não visa o centro, nem o poder, mas visa descentralizar, empoderar e “despoderizar”. O erótico, as sexualidades e os corpos são por mim defendidos na ótica do confronto ao poder, ao mesmo tempo sendo os corpos queer-LGBT formas poderosas de confrontar e desestruturar estruturas de poder. Sobre esta

última autora, nota-se sua discussão queer-negra pela via da lesbianidade, e que, igualmente insere o orgulho lésbico e o debate racial, descaracterizando o queer universal-branx, nos anos 70/80. Em 1984 foi publicado em: “*Audre Lorde – imã outsider*”, sobre ensaios e conferências da autora, abrangendo tais temáticas. Essa questão mostra o queer-negrx (ou de cor), como, talvez, o que constituiu a categoria queer, nomeado por Anzaldúa e que ganhou contorno no ocidente com LaRetis e Judith Butler, uma questão que merece a crítica epistêmica voltada para a hegemonia territorial-científico-acadêmica.

Audre Lorde conduz a reflexão do que se nomeia “lugar de fala” (DJAMILA RIBEIRO, 2017) dissociado de geografia, visto que o feminismo negro do Norte, do Ocidente, não é ocidental, não é colonial, pelo contrário, afronta a colonialidade de poder, descoloniza o pensamento. Nesse sentido, o lugar de fala, desta citada brasileira negra, na perspectiva do feminismo negro brasileiro, muitas vezes equivocado como território/geográfico, é o corpo? É o corpo território do saber? Seria esse o lugar de fala que des-universaliza, pensa a experiência individualizada e ao mesmo tempo é unidade, é coletivo? Sobretudo, por ter como base os povos que experienciaram ser colonizado na colonização, e escravizado na escravidão?

Nessa ótica, o campo da interseccionalidade nos permite reconhecer outras dimensões corporificadas como a raça/etnia e território, e que me inclino aos corpos racializados com olhares divergentes aos da autora mestiça Glória Anzaldúa, nos quais observo a raça/cor como principal vetor de violência de gênero. E ao interseccionar outros marcadores esses corpos viram abjetos-objetos. Relacionando com a interseccionalidade na perspectiva transatlântica: gênero, raça e sexualidade (MOUTINHO, 2003) e destacando os sentidos que nos ligam: América Latina (no Brasil) e territórios africanos, Laura Moutinho com as categorias de gênero e sexualidades, a partir de casamentos inter-raciais em África do Sul e Brasil compara esses dois países e aponta o que nos distancia para além de fronteiras e geografias e o que nos aproxima. A desvalorização de tais corpos muito nos assemelha.

Carla Akotirene (2019) localizada no Brasil traz outro ponto: os sujeitxs queer-negrx em regime de reclusão e aborda a dimensão do problema, sendo queer em regime de reclusão, parece que há uma tripla reclusão: social-corporal; sexual e racial. Ou seja, tripla negação de ser, além do descumprimento dos Direitos humanos na questão da identidade de gênero, quando se é obrigada/o a conviver queer em cela com homem-cis. No meu posicionamento não estou adentrando a julgamento – se criminalidade ou não criminalidade (a respeito dessas/es sujeitas/os), mas, me reporto a violência de gênero institucional. Neste sentido, não sou a única que ver a urgência para a qualificação dos agentes da segurança pública, bem como, para o corpo de profissionais da função de comando, voltadas para as compreensões da dimensão social e

política concernente á categoria Queer-LGBTI. Enquanto á Grada Kilomba (2019), autora de Portugal, que aborda o feminismo negro e insere esta temática na perspectiva afro-alemã. Em sua tese a autora chama a atenção sobre ser queer-negra e ao mesmo tempo mulher-cis, refletindo na dimensão da opressão. Ou seja, um tipo de opressão que é difícil mensurar.

Estas autoras incitam pensar em interseccionalidade-queer: LGBT-Queer- racializadx, em primeiro plano, cuja opressão incide prioritariamente na desvalorização racial, seja no Brasil, seja na Alemanha. Isto, é, seja em territórios europeus, seja em territórios da América Latina. Ou melhor, seja no dito Oriente, seja no Ocidente, seja no Sul global, quer seja em qualquer lugar a ideologia e a força do discurso acompanha tais corpos. O tema impulsiona para ampliar a discussão sobre a categoria queer-LGBT não-ocidentais, como sujeitxs “estrutural-excluídos” – abjeto-objeto e refletindo a respeito da diversidade queer.

Abordagens queer-latinx, queer-andinx: pontos para pensar tradição/modernidade

Ponderando sobre a categoria queer-andinx, evoco Rita Segato (2017) que discutiu formas de vida do povo andino e adentra a temática das sexualidades andinas versando a respeito de homossexualidade, violências de gênero, masculinidade e poder. O estudo da autora é articulado com tradição e modernidade no qual faz crítica à tradição voltada para fixidez - a tradição é recorrente pelos Caciques para justificar (por estes e alguns grupos) a irreconhecida violência de gênero. Porém, frisa a autora que a intervenção da ONU neste território é resultado de denúncias de violências de gênero.

Relacionando sexualidades/homossexualidades ao conceito ocidental, a mesma mostra que em território andino as sexualidades adquiriram o conceito no trato com a colonização e imposição ocidental, mas, parece que, em sua visão, as sexualidades estavam sempre lá, ou seja, nos corpos, e como relações afetivas e sobretudo múltiplas, decorrente do pluralismo e da complexidade, numa cultura heterogênea e sem a lógica binária. Essa vertente se aproxima da perspectiva de modernidade africana (PAULIN HOUTONDJI) mas que se traduz com uma cultura viva e não morta, com os debates internos tensionados em contradições (HOUTONDJI, 2008, p. 154).

Para Segato (2017) tais sexualidades/homossexualidades, hoje tidas com dissidentes, desviantes, são anterior á colonização e que não eram vistas como homossexualidade – esse conceito moderno. Ou seja, as sexualidades não-heterossexuais em terras andinas tornaram-se “diferença” discutidas como consequência da colonização. A autora compreende que, anterior à colonização em terras andinas (Latino-americanas) havia formas diversas de afetividades – as

chamadas sexualidades plurais, com a colonização tornaram-se homossexualidades, sendo proibidas, enfatizando a heterossexualidade normativa, delineando-se também as masculinidades andinas, desenhada e modelada na figura do cacique. A heterossexualidade se tornou o padrão e a norma andina, e a masculinidade andina constituiu-se como masculinidade tóxica.

O agora diferente requer sua legitimidade, visto que o suposto legítimo – a etnia andina (ainda que heterossexualizada como a norma) é também um diferente. Haja vista que (os homossexuais/LGBT-queer) o diferente era legítimo até ocorrer a diferenciação. Nessa linha crítica da diferença rema a indiana Avtar Brah (2006) questionando a diferença e a diferenciação como uma armadilha que requer manter o outro e um legítimo. A autora igualmente adentra ao assunto da tradição/comunidade fundamentando suas assertivas e críticas, inclusive aos feminismos que se desdobram e mudam de rota. E segue a autora debatendo essa questão com o racismo, inserindo a raça no contexto indiano.

A crítica de Segato se volta em termos de linguagens, vocabulários conceituais e advoga por ressignificar o termo/conceito tradição e por novos vocabulários. Agrupando outros termos/conceitos que se imbricam com cultura/tradição, como: diferença e identidade. Vemos que a tradição deixa de ser tradição ao ressignificar-se no construto ocidental pelas imposições coloniais. E, conforme é possível interpretar, o que parece ser consequência da colonização nas vivências andinas é a violência de gênero, as masculinidades tóxicas, perdas de valores das mulheres, bem como a redução destas nos papéis de comando, apesar de que, ainda há autonomias de mulheres andinas, segundo frisa Segato. As intervenções da ONU neste território e a tais povos, tudo indica, ocorrer em prol de se evitar mais perdas e ampliação da violência de gênero.

Na crítica africana sobre esta vertente citada, em relação as políticas identitárias internacionais para dentro do continente, elas são tão desconfiadas quanto os caciques da América Latina, e para muitas delas: “mesmo com as melhores intenções, as intervenções estrangeiras frequentemente não compreendem as dinâmicas e as políticas locais e podem causar muito mais prejuízos do que promover o bem” (SIBONGILE NDASHE, 2018, p. 79). Na América Latina, em comunidades de etnia andinas e negras flagra-se corpos queers-LGBT, sexualidades dissociadas de tradição e modernidade, e não é o devir: o devir adinx-queer, nem o devir queer-negrx (latinx-americanx), todavia, como processo de subjetividade interseccionadas nos corpos, inerente às relações, as vivências, ao processo humano. As sexualidades não se constituem como biológicas, mas como corpos, sujeitos, pessoas. Com esta autora requer pensar que essas diversas categorias queers, tais quais se apresentam, em sua origem destituem-se de categorias dissidentes, subversão e podem estar relacionadas á ancestralidade – não em sentido

de tradição e nem modernidade, mas como o que sempre estava lá, nos corpos humanos, e ressurgir como o novo, por ressurgir em meio a tantas mudanças. E em dado momento da história, e isso é importante, se constitui como ato subversivo tornando-se urgentes as teorizações, produções locais, pensamentos e compreensões queer, estas que adentram ao campo da arte – representação, encenação. A arte de ser, e ao campo de poder - o poder de despoderizar.

A AGG - agenda global de gênero é um ponto compartilhado. As autoras da teoria QOC/queer-africanx e igualmente insere as críticas em relação á categoria de gênero hegemônica, selecionadas pela ONU no comando da AGG, para salvar as mais oprimidas. Denunciada na América Latina (ALVAREZ, 2014). Trata-se daquelas (já salvas) que vem nos salvar? No entanto, aparece por detrás, um jogo de poder intragênero.

Para pensarmos LGBT/queer of colour em representações do intelectual retomo o estudo de Grada Kilomba (2019) que insere as sexualidades dissidentes negras no campo da intelectualidade. Em “*Representações do intelectual*” (SAID, 2005) o palestino Edward Said, em sua crítica discute a hegemonia, aludindo criticamente sobre a América central e a Europa como lugar dos intelectuais que iluminam o mundo e são os reconhecidos, valorizados e cujos pensamentos são seguidos por todo o mundo. Apesar de mostrar distanciamento em relação aos problemas de gênero no conflito Palestina/Israel (guerra perpetrada pelos Estados Unidos em via do imperialismo, sendo o patrocinador bélico, SAID, 2012), ainda que suscintamente Said (2005) menciona os problemas de gênero, das mulheres e dos homossexuais/queer/LGBT no grupo dos intelectuais desvalorizados: os imigrantes, orientais, árabes, africanos, e segue listando, de certa forma incita á investigação queer-LGBT no Oriente Médio, e nesta elucubração do autor vemos que o valor do intelectual difere por representatividade.

Mostra o autor supracitado o dismantelamento do “muro” que sustentava os “verdadeiros” intelectuais, com a queda do império colonial, bem como reconhece a importância da ONU – Organização das Nações Unidas pela dignidade das nações não europeias. E para dentro do muro, uma excelente contribuição é trazida por Sirin Sibai (2012). Discutindo colonialidade, feminismo e Islam, assinala que desde os anos 1980 os estudos sobre as mulheres árabes e muçulmanas têm tido uma experiência importante no âmbito acadêmico, sendo denominado de feminismo islâmico, e frisa a autora: apesar de suas discussões contraditórias e polêmicas, em termos políticos, econômicos e ideológicos, etc, e com um movimento contra-hegemônico integrado ao feminismo chamado de terceira onda, “tales como el chicano, el negro o el postcolonial” (Ibidem, p. 57).

Na discussão sobre a tradição árabe-muçulmana a islamofobia, a xenofobia, o ocidentalocentrismo e o cristianocentrismos relacionando ao racismo cultural, dentam as

discussões do mundo Árabe, trazidas pela autora. Em contraposição com a experiência europeia cristã, o islam nasceu como uma autêntica revolução no contexto da Arábia pré-islâmica, misógina e patriarcal” (SIBAI, 2012, p. 60). (Tradução minha). Com as autoras de territórios não ocidentais, nota-se os tensionamentos de gênero e sexualidades, em que o conflito com a colonialidade poder no interior do gênero com o Ocidente feminista e a invisibilidade destes estudos atravessados pela hegemonia ocidental e epistemicídio.

Interseccionalidade queer: queer-africanx / queer of colour/QOF

Ao exprimir que raça, classe e etnicidade nos estudos africanos são inseridos como questões secundárias e ao empregar sua crítica, Paul Zeleza (2005) dá pistas para compreendermos a não-adesão do feminismo africano à teoria da interseccionalidade, usada como ferramenta de descolonização e desigualdade racial pelo feminismo negro. A justificativa se dá, possivelmente, pelo fato de a economia africana ser diversificada e não estar centrada exclusivamente no capitalismo (CLAUDIO FURTADO, 2012). Desta forma, gênero, raça e classe em territórios africanos aparecem em termos de complexidade, uma vez que o continente se apresenta desigual nestas categorias, quer seja devido a colonização, quer seja anterior a ela.

Faz-se proeminente comparar e refletir essas questões com o Brasil, em que raça e classe são categorias políticas, articuladoras e tensionadoras. Em nossa experiência o país aparece binarizado: dois brasis – o Brasil pobre e o Brasil rico, descrito também como o Brasil negro e o Brasil branco (LÉLIA GONZALEZ, 1979), divisão que solapa, de fato e em prática toda a diversidade étnico/racial. O racismo se multiplica em variedades e tem a polarização racial como determinante da desigualdade social que é hierarquizada pela tonalidade da cor da pele, criando uma escala de valorização.

Há, o Brasil não é negro e branco, e nem mais híbrido, mas também não é socialmente multicolor. Porém, é socialmente desagregado por cor: preto, branco, pardo. Há os pretos, os não muito pretos, os brancos, os não muito brancos e os pardos – que não se sabe bem o que é., mas que, pode se identificar como queira. Consequências da mestiçagem que fomentou o genocídio negro e projetos de exclusão racial estruturante (MUNANGA, 2006). Um país de política de valor racial é através da raça que se politiza. O Brasil é uma nação que tem racismo, comprovadamente, mas, e contraditoriamente não tem racista, tornando “o racismo o crime perfeito” (MUNANGA, 2013). Vale conferir um debate mais ampliado sobre a questão, pensando a desigualdade racial, as influências, os meios e os racismos (INEILDES CALHEIRO, EDUARDO OLIVEIRA, 2018a). A força do racismo e a desigualdade social articulada pela

raça, insere os corpos e debates queer-negrx no Brasil como confronto ao racismo, tendo os corpos negros, os estereótipos e os corpos-queers como para mais que abjeto - aberração. O queer mais queer.

Em territórios africanos as categorias negro/raça/cor perde força para viés da etnia, ou seja, é descaracterizada de polarização racial e, assim, não soa politicamente com a mesma força da América Latina e de forma especial o Brasil. Na concepção de Oyěwùmí (2017), *raça/negro* é categoria criada pelo ocidente, e assim, a autora justifica a recusa a utilizar tal termo. A autora (2004), crítica do ocidentalismo advoga pelo reconhecimento de epistemologias africanas e traz grandes contribuições para o campo de gênero e feminismos africanos, colocando em pauta o debate da tradição e a pós-colonização. As temáticas de gênero e feminismo tradição/modernidade, o tensionamento é forte no interior do continente, com uma linha de autoras/es defendendo que há vivências em igualdade de gênero, seguindo pelo viés da tradição e uma linha remando em sentido contrário, mostrando a desigualdade, e defendendo que há modernidades nas vivências, supondo a morte da tradição (INEILDES CALHEIRO; EDUARDO OLIVEIRA, 2018b). Esse artigo discute sobre pensamentos de autoras africanas em relação ao que concerne à igualdade ou desigualdade de gênero na África.

Do lado de lá do atlântico, quando se analisa a categoria étnico/etnia, uma dada perspectiva mostra que sobressai a mestiçagem e trata-se da negação da *raça/negritude* (FURTADO, 2012). Essa breve análise da categoria *raça/negra/cor* e interseccionalidade em América-Latina/Brasil e territórios africanos mostra que uma das influências dos estudos queer-africanos é articular com a interseccionalidade e a *raça*, possibilitando aproximar o debate das sexualidades queer-LGBT com o Brasil, em termos de QOC / *Queer-negrx*. Em relação as teorias sobre sexualidade, com base em Yuderkys Minõso “os estudos queer chegaram para a América latina por meio de grupos restritos e hegemônicos em termos de *raça* e classe” (REA; AMANCIO, 2018, p. 32). No Brasil atribuímos a teoria queer á Guacira Louro (2001; 2008) com os estudos sobre corpos estranhos e a teoria queer pós-identitária, adequando ao campo da educação. Contudo, relacionadas com as referências hegemônicas, ocidentais e fundada no queer butleano.

A concepção QOC, ambiguidades e comparação com o cuir brasileiro

Caterina Rea et al (2018) na coletânea de artigos “*Traduzindo a África Queer*” problematiza queer voltado para a especificidade africana, inserindo a ideia da resistência à colonização, inserção na luta pela libertação colonial e que são formas de vida moderna, e,

todavia, sendo anterior a colonização - “a cultura viva” que defende Hountondji (2008). E assim, as/os autoras/es rebatem as assertivas de África homogênea – motivo que opto por utilizar o termo “Áfricas” como indicativo de plural, de vasto e territórios, bem como rebatem as assertivas de Áfricas sem homossexualidade, ou identidade desviada, exclusiva da imposição ocidental, pós-colonização, e também investem contra as afirmações de tradição sem homossexualidades e criticam o conceito QOC/queer-of colour associado á liberdade sexual e/ou tendo objetivos de visibilidades, mas, de fato, envolvidos na libertação. Mostram as autoras o QOC na complexidade, pluralismo e diversidade e embebidos de lutas.

[...] *Queer African Reader* pretendem resgatar as vozes de intelectuais e militantes queer do continente africano. Trata-se, assim, de “documentar não só a resistência nas vidas e nas lutas diárias das comunidades queer da África” e de “valorizar a complexidade da maneira com que a libertação queer é enquadrada na África e pelos africanos” (REA et al, 2018, p. 16).

Reforçando a ideia de pluralismo e diversidades na categoria QOC, localizada em Uganda, Sylvia Tamale (2017) discute “As Dez Faces da Sexualidade” e afirma que “como a maioria de nós sabe, a Sexualidade é um dos problemas mais complexos e politizados no continente Africano. Se a Sexualidade olhasse ao espelho, ela veria numerosos rostos”. A autora discute sobre Mulheres do Terceiro Mundo e a Lei, Teoria Legal Feminista, Género e Política, Género e Sexualidades. Os estudos a respeito das homossexualidades e diversas formas de afeto em continente africano vem crescendo, como comprova levantamentos do estado da arte (HERCÍLIO LANGA, 2018; CATERINA REA; IZZIE AMÂNCIO, 2018) como também é crescente a LGBT-Queer-fobia em países africanos, também se apresenta na África do Sul (SIBONGILE NDASHE, 2018, p. 78-9), apesar das leis de progresso para a categoria LGBTI neste território. Na África do Sul “[...] como em toda parte, as lésbicas são sujeitas ao que esta autora chama de ‘estupro curativo’, o estupro de mulheres percebidas como lésbicas por parte de homens [...]”. (BERNADETTE MUTHIEN, 2018, p. 91-2).

A homossexualidade em Áfricas, comumente é negada e os estudos são invisibilizados. Tal negação, obviamente, acompanha a negação a LGBTQ-queer-fobia. Pois, como ter fobia ao que (supostamente) não existe? Curiosamente e exibindo ambivalência, autores/as africanxs dos estudos LGBT/QOC comungam com essa assertiva, o que convém buscar compreender a coerência de se negar o que vários estudos científicos e ativismo comprovam - a homofobia. Como elucidamos essa discussão com um estudo em Cabo-Verde realizado por Francisco Miguel, ajudando a compreender essa ambivalência. Sendo ético e cuidadoso nas suas

afirmações, como em quando preocupa-se em afirmar que a “homofobia na África tem aspas”, ao mesmo tempo afirmando e negando. Segundo o autor:

Não parece existir, de maneira estruturante, um discurso de ódio anti-homossexual na Ilha de São Vicente de Cabo Verde. [...] não me parece que *o mandar bocas*, que é o ato de provocar publicamente os “desviantes” sociais – entre eles, os gays [...] faz parte de uma cadeia de signos. [...] faz parte de um discurso de gênero masculinista que perpassa os cabo-verdeanos, mas que não tem como intenção única a negação e aniquilação do outro, como demonstra o professor gay Lunga” (MIGUEL, 2016, p. 100).

Confiante no professor Lunga, o autor fundamenta-se e expõe sua fala, para quem a expressão “mandar bocas” não é pejorativo, é mais um aspecto de “fazer graça”, “brincar”, como se faz com “o gordo”, “o magro”. Em suma, “é só mais uma” (diz o autor). Gordofobia não deveria ser traduzido como graça, foi exatamente do bullying (nos Estados Unidos) que se desenvolveu a teoria queer, para distinguir gordofobia e outras fobias, de homofobia, lesbofobia, LGBT-queer-fobia. No entanto, “*mandar bocas*” requer constituir a materialidade do discurso e constituir um legítimo, um outro e a violência de gênero. E se por um lado mostra-se a ambiguidade nesse estudo, negando o discurso de ódio e homofobia em Cabo-Verde, do outro, mostra complexidades (homo) afetivas, dentre as quais, ser gay, por uma parte dos homens que fazem sexo com outro homem é um horror. E apontam-se retaliações e repressões como motivos dessa negação, correlacionando com um tipo de masculinidade – a masculinidade exagerada. Observemos:

Explicita o autor que alguns rapazes de Cabo Verde que se relacionam com outros rapazes, não se identificam como gays e precisam performativizar uma masculinidade – tal qual, explica o autor, recorrendo a Kopano Ratele. Se referindo ao continente: “[...] o medo de ser percebido como gay faz com que homens exagerem todas as regras tradicionais de masculinidade, o que seria uma das vias de explicação para o surto da homofobia local” (RATELE, 2014, apud MIGUEL, 2016, p.104). Vale considerar que essa explanação parafraseando Ratele se encontra em notas de rodapé do estudo de Miguel aqui analisado. Reportando-me mais uma vez ao autor supracitado, ao trazer um estudo de caso ainda mais complexo, ou, diga-se “mais, queer”? Desta vez, trata-se da relação sexual entre uma mulher cis-lésbica e um homem cis gay em Cabo Verde. E nesse caso, é o gay-cis que penetra a lésbica-cis. Contudo, nada muda em suas orientações sexuais: Ela continua lésbica e assim autodeclarada, bem como ele continua gay (FRANCISCO MIGUEL, 2016).

Comparando com o Brasil, recorrendo a Peter Fray (1982; 1985) nas obras: “*Para inglês ver*” e em “*O que é homossexualidade*”, observa-se que o autor formula a metáfora: bicha (não-

homem) – o penetrado, passivo, correlacionado ao (equivocado) termo “mulher”, versus homem – o penetrador, ativo, o macho. Um interessante estudo de uma autora lésbica brasileira, do Nordeste, a antropóloga Suely Messeder (2009), na pesquisa sobre performatividade pública da masculinidade de rapazes negros, na cidade do Salvador, assinala uma categoria de homens (sexo masculino) no Brasil que se relacionam com outro homem (sexo masculino), mas que nega ser gay, e tenta ser convincente com o discurso voltado para a prática, na relação/cama – dizendo-se o homem por ser o penetrador. Nesse estudo, enquanto um dos envolvidos na relação se assume gay, o outro nega sê-lo, utilizando a estratégia do penetrador, apesar de que, na hora “h” parece que esta não é a regra. Portanto, a autora aborda a categoria denominada de “homem de verdade” para se referir ao homem que se relaciona com outro, mas afirma não ser gay - é “homem de verdade”.

Em outro estudo desta mesma autora (SUELY MESSEDER, 2012) ela discute sobre masculinidades em corpos de mulheres – mulheres masculinizadas, mostrando o enfrentamento delas para a inserção no mercado de trabalho, caindo no campo da exclusão. Nesse sentido, em meus estudos anteriores, constato outra vertente no Brasil, também voltado para o trabalho, concernente á mulheres de comportamentos masculinizados e que podem ser lésbicas e também podem não ser: “masculinidades subjetivas” (Ineildes Santos, 2016; Ineildes Calheiro, 2017). Ferramentas para ponderar sobre corpos tão diversos, de mulheres no Brasil. Ao fazer a comparação dos estudos entre os autores citados: Miguel em Cabo Verde e Messeder no Brasil, verifico que no território brasileiro há uma certa semelhança com o território africano. Neste, o que é estranho é o que não é padrão. O normal. Resultando em tensionamentos em gênero, sexualidade e classe evidenciando o corpo legítimo tensionado com o ilegítimo resultando sempre em exclusão e afetando a relação de desigualdade social de gênero, baseado em corpos.

Naquele, o que é estranho se explica pela complexidade, e me parece que a complexidade não pode explicar tudo no continente africano, que parece não se explicar. E, no entanto, o fato de, do lado de lá, um rapaz não se identificar como gay, porém faz sexo com outro rapaz identificado e autodeclarado gay, ilustra fuga á violência. O fator gay-não-gay não é inerente á território, estando voltado para um contexto de negação, medo de sofrer retaliações, homofobia e contrariando a autoafirmação, que é político, atua na subjetividade, na libertação e liberdade e resulta em orgulho identitário: o orgulho gay, orgulho queer. A desvalorização das sexualidades e categorias queer-LGBT e a legitimidade heterossexual e dos corpos hegemônicos, parece imperar nessas negações.

No Brasil, a bicha preta (NILTON LUZ, 2013) e a lésbica negra; e em territórios africanos os corpos mais desvalorizados na ciência e o território mais inferiorizados, nos conduz

a pensar o queer mais queer diante do queer ocidental e branco. Nesse sentido, busca-se por autonomias dos corpos e, por isso se nega. A categoria lésbica do estudo de Francisco Miguel, me levou a refletir na “lésbica com aspas”, bem como a categoria “homem de verdade”, de Messeder, leva a refletir na categoria lésbica e gay (ambos) de verdade. Seria necessário reconceituar a homossexualidade? Ou o conceito de homossexualidade (ocidental) universal não cabe para as sexualidades africanas e latino-americanas? Ou, simplesmente, a vertente da tradição africana, que não morreu, vive, explica as sexualidades queer pelo viés da complexidade? Se complexidade explica tudo do lado de lá, culturas tende a continuar tentando explicar tudo do lado de cá. Apenas muda as explicações. O que significa dizer que não muda nada.

E se não é, simplesmente, um problema de conceito, em que sentido se insere a ancestralidade nos corpos “queer mais queer”, e trazem interpretações que elucidam o que há de tão estranho em sujeitxs que se tornam os subalternos da subalternidade? Quando nos remetemos ao que algumas autoras (THUSABE) tem articulado no trato com a cosmologia africana: “[...] porque meus desejos e diferenças eram articulados na cosmologia de minha cultura” (THUSABE, 2013, p. 152, apud MIGUEL, 2016, p. 105), a cosmologia começa a abrir os horizontes para compreender a questão. A experiência com tudo interseccionado e ao mesmo tempo com “o nada pode/pode nada” e o corpo destituído do um, do único, no conflito com a colonialidade de poder. “É por isso que o próprio termo queer deve ser ressignificado no contexto das lutas plurais e interseccionais que, além da dissidência sexual, visam a contestar o sistema patriarcal, capitalista e neocolonial” (REA, et al, 2018, p. 16).

Considerações finais

Os estudos analisados apontam que a visibilidade não é o projeto QOC - queer africanx, mas o reconhecimento das experiências queers “muito estranhas”. Nestes territórios, conforme os estudos, o silêncio não se traduz como “armário”, tem toda uma complexidade na trajetória desses corpos. E o que é complexidade? Aquilo que não se explica? O fato é que tais corpos dão ferramentas para pensar o corpo como projeto ou o projeto-corpo: estrutura autônoma que visa amedrontar o poder, a estrutura, e ainda assusta o interior do gênero o/a queer legítimo – queer global-ocidental. África-Queer e queer-latinx-americanx discutem sobre as experiências Sul-Sul nos corpos, essa categoria dissociada do queer ocidental fundamentado no queer batleano, seja no ponto de vista que trata de liberdade sexual, libertação do adestramento corporal, e exclusivamente do prazer. E também dissociado da cena, representação. A interseccionalidade

inerente ao corpo e o território desvalorizado designa a subalternidade da subalternidade queer-LGBT. Desta forma, queer-negrx, queer-africanx aparecem como uma categoria “muito-estranha”, esquisita, mas não tão excêntrica.

A questão dos corpos como político, como poder, com arma, fuga, resistência, representado no campo do erótico, como visto nos queers-negrx e queer- latinx-americanx, aparecendo uma relação com autonomia, empoderamento, e ao mesmo tempo embebidos de luta nacionais/locais, como o racismo e a múltipla opressão no Brasil. queer-andinx revela um tensionamento nos territórios e nas vidas voltadas para a tradição/modernidade. Contudo, essa relação de poder não é o poder das pessoas, mas o poder dos corpos. E não é a visão de corpo-poder-foucaultiano, mas na ótica da ancestralidade. E, não é a tradição. São sentidos. É a arte de viver e de ser, uma vez que arte é contra hegemônico, é contrapoder. Esses corpos de estrutura autônoma não é drama, não representam, não encenam, o são real.

Destacados em ambos os territórios – Brasil e África, corpos negros, sexualidades e categorias identitárias como LGBTI se articulam ampliando formas (modernas) de confronto, resistência, a arte corporificada, ampliando a ideia do corpo como poder e também como direito – o corpo jurídico. As complexidades no continente africano e os tensionamentos na América Latina, mostram que sexualidades é corpo e corpos unidos é poder. A meu ver se constituindo como um projeto, em unidade, como uma estrutura autônoma. QOC, quer latino-americano, queer negrx, é a experiência multirreferencializada no enfrentamento com tudo e com as lutas nacionais, o território, a humanização e o amor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

ALVAREZ, Sonia, E. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais; movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. **Revista Feminismos**. Neim/UFBA, v. 2, n.1, p. 57-77, jan./abr, 2014.

ANZALZÚA, Glória. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. Tradução: LIMA, Ana Cecília. **Estudos feministas**, 13 (3): 320, p. 704-719, set./dez./2005.

ARRAES, Jarid. O que é ser mulher? **Revista Caros Amigos**. Ano XIX, n 219, p. 16-17, junho, 2015.

BLESSOL, Gathoni. Lutas LGBTI Queer como outras lutas em África. Trad. Caterina Rea. Izzie Amancio e equipe do FEMPOS. (In) REA, C.; PARADIZ, C.; AMANCIO I. (Orgs.). **Trazendo a África Queer**. 1ª Edição/ Salvador, Ba; Editora Devires, 2018.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), p. 329-376, 2006.

CALHEIRO, Ineildes. **As mulheres árbitras de futebol: tecnologias de gênero e divisão sexual do trabalho**. International Book Market Service Ltda: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

CALHEIRO, Ineildes; OLIVEIRA, Eduardo. Igualdade ou desigualdade de gênero na África? Pensamento feminista africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. Porto Alegre, v. 3, n. 6, Jul./Dez, p. 93-110, 2018a.

_____. O Brasil preto, o Brasil branco e os racismos: mestiço ou pardo, o projeto continua... (Anais). **XIV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 07-10 de agosto, 2018a, Salvador, Bahia-Brasil, p-1-16, 2018b. Acesso > <http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2018-xiv-enecult/2018>.

FACIO, Alda. A partir do feminismo, vê-se um outro direito. **Revista Outras Vozes**, WLSA Moçambique. Women and Law in Southern Africa. Maputo, n. 15, maio, 2006.

FACCHINI, Regina. **SOPA DE LETRINHAS? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos), 1985.

FURTADO, Cláudio A. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio. **Afro-Ásia**, v. 45, p. 143-171, 2012.

GONZALEZ, Lélia. “Cultura, etnicidade, trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”. Comunicação apresentado no **VIII encontro Nacional da Latin American Studies Association**. Pittsburgh, Pensilvânia, abr. 1979.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), p. 07- 41, 1995.

HOUTONDI, Paulin, J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos; duas perspectivas sobre os estudos africanos, 2008. **Revista crítica de Ciências Sociais**, 80, março, p. 149-160, 2008.

JESUS, Jaqueline, G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. OLIVEIRA, Jess. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANGA, Hercilio, N. Brandão. A homossexualidade no continente africano: história, colonização e debates contemporâneos. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 1, n. 2, ano, p. 53-72, 2018.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira. Teoria Queer – Uma Política Pós-identitária para a Educação. **Estudos Feministas**, ano 9. p. 541-553. 2º sem 2001.

_____. Guacira. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

LUZ, Nilton. Reflexões do entrelugar. (in) GIVIGI, Ana Cristina; DORNELLES Priscila. (Orgs). **O Recôncavo baiano sai do armário: Universidade, gênero e sexualidade**. Cruz das almas: Editora UFRB, 2013.

MACHARIA, Keguro. O Quênia Queer a lei e na política. Tradução: Sergio Ferreira. (In) REA, C.; PARADIZ, C.; AMANCIO I. (Orgs.). **Traduzindo a África Queer**. 1ª Edição/ Salvador, Ba; Editora Devires, 2018.

MAYORGA, Claudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; CUNHA, Vivane. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Estudos feministas**. Florianópolis, 21 (2): 336, maio-agosto, p. 463- 484, 2013.

MESSEDER, Suely A. **Ser ou não ser: uma questão para pegar a masculinidade. Um estudo sobre a performatividade pública da masculinidade de rapazes negros na cidade do Salvador**. Salvador: EDUNEB, 2009.

_____. Precisa isso?!: Desconstruindo o fio das masculinidades nas vivências de mulheres masculinizadas na escola e no mundo do trabalho. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (org.). **Minorias sexuais direitos e preconceitos**. Brasília: Consulex, v. 1, 2012.

MIGUEL, Francisco. (Homo) sexualidades masculinas em Cabo Verde: um caso para pensar teorias antropológicas e movimento LGBT em África. **Enfoques, Revista de alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ**, v. 15, dezembro, p. 88-110, 2016.

MOUTINHO, Laura. Raça, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. **Cadernos Pagu** (23), jul-dez, p. 55-88, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Nosso racismo é um crime perfeito. **Revista Fórum**, 77, agosto de 2013. <<http://www.revistaforum.com.br/category/revista/77/>>. Acesso em: 11/11/2013.

MUTHIEN, Bernadette. Queerizando as fronteiras: uma perspectiva africana ativista. Tradução: REA, Caterina. In: REA, Caterina A.; AMANCIO Izzie, S. (In) REA, C.; PARADIZ, C.; AMANCIO I. (Orgs.). **Traduzindo a África Queer**. 1ª Edição/ Salvador, Ba; Editora Devires, 2018.

NDASHE, Sibongile. A história única a homofobia africana é perigosa para o ativismo LGBTI. Tradução: REA, Caterina A.; AMANCIO Izzie, S. (In) REA, C.; PARADIZ, C.; AMANCIO I. (Orgs.). **Traduzindo a África Queer**. 1ª Edição/ Salvador, Ba; Editora Devires, 2018.

OYĚWÙMÍ, Oyeronké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e os desafios das epistemologias africanas. Tradução para uso didático: Juliana Araújo Lopes. **CODESRIA Gender Series**. Dakar, vol. 1, p. 1-8, 2004.

_____. **La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Tradução de Alejandro Montelongo González. Bogotá, Colombia: Editorial: en La Frontera, 2017.

REA, Caterina. Sexualidades Dissidentes e teorias queer pós-colonial: o caso africano. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, v. n.1, p. 145-165, 2017.

REA, Caterina; PARADIZ, Clarisse G.; AMANCIO Izzie M. (Orgs.) **Traduzindo a África Queer**. 1ª Edição/ Salvador; Editora Devires, 2018.

REA, Caterina A.; AMANCIO Izzie M. S. Descolonizar a sexualidade: teoria queer of colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu** (53), p. 1-38, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte – MG: Letramento, 2017.

SAID, Edward, W. **Representações do intelectual: As conferências Reith de 1993**. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Cultura e política**. Tradução: PERICÁS, Luiz B. São Paulo: Boitempo, 2012.

SEGATO, RITA, L. Gênero e Colonialidade: em busca de chave de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos-CES**, 18, p. 106-131, 2017.

SIBAI, A. Sirin. Colonialid, feminismo e Islam. **Vento Sur**, n 122, p. 57- 67, mayo, 2012.

TAMALE, Sylvia. As dez faces a sexualidade. 2017. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/txt-con/2017/2/4/as-dez-faces-da-sexualidade-sylvia-tamale>.

ZELEZA, Paul T. Gender biases in African historiography. In: OYĚWÙMÍ, O. (Org.). **African gender studies: a reader**. Hampshire: Palgrave Macmillan, p. 207-232, 2005.

Recebido em: 18/05/2020

Aprovado em: 14/06/2020